



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

Interpelação Escrita

Está prestes a terminar o prazo, fixado em seis meses, para assunção da gestão da Reolian por parte do Governo. Há dias, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Lau Si lo, anunciou que, por ser complexo o impulsionamento das outras empresas para se responsabilizarem pela gestão da empresa operadora de transporte em questão, e por razões de cumprimento da regulamentação jurídica, se via obrigado a prorrogar o referido prazo por mais três meses. Perante esta forma de agir sem planeamento de longo prazo, o público questiona: que trabalhos de planeamento, em concreto, foram efectuados pelo Governo nos últimos seis meses?

Na altura, a Reolian declarou que a sua falência se devia, principalmente, aos factores externos descontrolados e ao elevado custo salarial, e este último foi muito mais elevado do que o previsto. Consequentemente, o défice mensal sofrido por esta operadora atingiu, pelo menos, 6 milhões de patacas, ou seja, um défice acumulado superior a 120 milhões de patacas, o que se traduziu em dificuldades financeiras inalteradas. A sociedade levantou muitas dúvidas sobre isto, por isso, a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego criou uma equipa para se responsabilizar, especificamente, pela assunção da gestão da Reolian. Conferiu-se a esta equipa cinco atribuições importantes, nomeadamente, tomar conhecimento dos activos e da situação financeira da Reolian, bem como inteirar-se da situação da exploração da mesma. O Governo assumiu a gestão da Reolian há cerca de seis meses e, durante este período, deveria ter desenvolvido os trabalhos acima referidos para poder,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

assim, efectuar uma avaliação global dos vários problemas decorrentes da implementação do novo modelo dos serviços de autocarros. O Governo fez isto?

A questão mais premente é que, independentemente da classificação como “caso mais grave de violação da lei”, constante do relatório de análise do Comissariado Contra a Corrupção (CCAC), ou como “desvio e vício”, apontada pela Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego e pela Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, verifica-se o incumprimento da lei com o actual modelo de concessão dos serviços de autocarros. Isto quer dizer que as três empresas operadoras de transporte existentes se encontram numa situação ilegal de funcionamento, o que vai contra o espírito da lei. Logo, o Governo deve corrigir a situação o mais cedo possível e não a tolerar mais, para evitar que a credibilidade da governação da RAEM seja mais prejudicada.

Assim sendo, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. Já em Dezembro do ano passado, o responsável da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego revelou, na sua resposta a uma pergunta sobre os planos de trabalho posterior aos seis meses de gestão da Reolian, que já estava disponível um plano suplente. Em Fevereiro deste ano, perante as perguntas colocadas pelos jornalistas, isto é, de que medida dispunha o Governo se até Abril não surgisse uma empresa com vontade de assumir a gestão da Reolian, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas reafirmou que estava disponível um plano suplente. Recentemente, o governante competente anunciou simplesmente que ia manter o actual modelo de assunção da gestão por mais três meses, assim sendo, o público duvida se existe, verdadeiramente, esse tal plano suplente. Quais são, afinal, os pormenores concretos deste plano suplente?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

O Governo deve divulgar, o mais cedo possível, o referido plano. Vai fazê-lo?

2. O Governo referiu que, depois da assunção da gestão da Reolian, ia proceder à avaliação do seu custo efectivo e mensal de exploração. O Governo assumiu a gestão desta operadora há já seis meses. Quais foram os resultados da referida avaliação? Até ao momento, quanto erário público foi necessário para suportar as despesas decorrentes da assunção da gestão da mesma?
3. Durante o debate sobre o modelo da concessão dos serviços de autocarros, que teve lugar na Assembleia Legislativa no passado mês de Janeiro, o Director dos Serviços de Assuntos de Justiça apontou que os contratos de concessão actualmente celebrados com as três empresas operadoras deviam ser substituídos por contratos de concessão pública, e que este trabalho estaria concluído em três meses. Terminou já este prazo de três meses. De que plano de resolução dispõe o Governo?

31 de Março de 2014.

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau
Chan Meng Kam**